



**À COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE**

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE 2023**

**(Do Sr. André Fernandes)**

**Solicita à Exma. Ministra do  
Ministério da Cultura, Sra. Margareth  
Menezes, informações a cerca da  
proposta da pasta de estabelecer  
cota nacional para streaming.**

**Senhora Presidente,**

Requeiro, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam solicitadas informações à Exma. Ministra do Ministério da Cultura, Sra. Margareth Menezes, informações a cerca da proposta da pasta de estabelecer cota nacional para streaming.

Em razão dos meios de comunicação terem noticiado<sup>1</sup> que o Ministério da Cultura avalia a possibilidade de estabelecer regramentos e cotas às plataformas de streaming, solicito:

- I) Por qual motivo o Ministério da Cultura pretende obrigar os *streamings* a reproduzirem quantidade e/ou percentual mínimo de determinadas produções em suas plataformas?
- II) Qual seria esse percentual mínimo?
- III) Dentro dessa cota a ser estabelecida pela pasta, o Ministério da Cultura pretende obrigar que as plataformas de *streaming* veiculem documentários e conteúdos de formação política, além de discursos de políticos?
- IV) Quais seriam os tipos de produções a serem veiculadas pelas plataformas?
- V) Existe algum projeto de lei já em tramitação que o ministério apoia com essa finalidade?





## JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem por escopo solicitar que a Exma. Ministra do Ministério da Cultura, Sra. Margareth Menezes, forneça informações a cerca da proposta da pasta de estabelecer cota nacional para que as plataformas de *streaming* reproduzam quantidade e/ou percentual mínimo de determinadas produções em suas plataformas.

Dentre as indagações, este parlamentar externa o interesse de saber por qual motivo o Ministério da Cultura pretende estabelecer a supracitada obrigatoriedade às plataformas, bem como pretende saber também se dentro dessa cota a ser estabelecida, a pasta pretende obrigar que as plataformas de *streaming* veiculem documentários e conteúdos de formação política, além de discursos de políticos.

Assim, solicito o fornecimento das informações e eventuais documentos que ora são requeridos, visto que se trata de assunto de interesse público, o que deve ser esclarecido à população, em obediência aos princípios da transparência e publicidade que regem a administração pública.

No tocante aos dados ora solicitados, é importante destacar que os parlamentares podem requerer diretamente acesso as informações ao órgão competente, sejam elas de interesse pessoal ou coletivas, respeitadas às normas de regência, como o artigo 5º (inciso XXXIII) da Constituição Federal e a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), entre outras.

Por essa razão, solicito a Ministra do Ministério da Cultura, por meio da presente Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, as supracitadas informações e os devidos esclarecimentos a respeito do assunto que é de grande interesse à sociedade.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2023.

**André Fernandes**  
**Deputado Federal – PL/CE**

<sup>1</sup> <https://veja.abril.com.br/politica/ministerio-da-cultura-avalia-proposta-sobre-cota-nacional-para-streaming/>

